

Conferência de Abertura (6 dezembro, 10h15, Auditório EEUM)

Opening Lecture (6th December, 10h15, EEUM Auditorium)

Fictitious Capital in the XXIst Century

Cédric Durand

10 years after the Crash we are still living under financial hegemony. While the social and political wounds of the great financial crisis are far from being repaired, at the institutional and structural level most of the features of financial power are still in place and, arguably, even reinforced. How can we explain this resilience of financialization? What are the socioeconomic implications?

This talk will examine these issues in the light of Marx's fictitious capital and more recent researches it has inspired. After presenting the explanatory power of this concept, the very notion of financial hegemony will be explored and linked to the lineaments of the 2008 crisis. Then, the analysis will propose a critical appraisal of crisis management policies implemented after the crash and its European aftershock. It will focus on the socioeconomic content of the very idea of financial stability, which is the corner stone of contemporary macroeconomic policies.

Sessão plenária (6 dezembro, 17h45, Auditório da EEUM) - Marxismo e ciências sociais em Portugal: agendas, desconstruções, reconstruções

Plenary session (6th December, 17h45, EEUM Auditorium) - Marxism and Social Sciences in Portugal: agendas, deconstructions and reconstructions

Onde para o capitalismo?

João Rodrigues

Esta comunicação argumentará que algumas das principais análises sistémicas hoje disponíveis sobre as transformações multi-escalares do capitalismo contemporâneo, dos processos de financeirização aos de neoliberalização, filiam-se, implícita ou explicitamente, na tradição interdisciplinar da economia política crítica, inspirada pelas teorias e pelos métodos de Karl Marx. Neste contexto, indagar-se-á das razões para o espectro de Marx não ter sido esconjurado em algumas áreas das ciências sociais.

Ao passarmos do diagnóstico crítico para o plano da imaginação social pós-capitalista dir-se-ia que passamos para uma situação que continua a ser de relativo esgotamento, quer em termos dos agentes, quer em termos de confiança intelectual e política, mesmo num contexto de crise das formas dominantes da economia política capitalista. Esta discrepância entre diagnóstico e prescrição críticas tem de ser enfrentada, recusando-se a ideia de que não é função da economia política investir em receituários para resolver problemas.

Ao mesmo tempo, e como o caso da análise da financeirização e da prescrição da desfinanceirização, permite ilustrar, existem hoje algumas conexões potencialmente produtivas entre diagnóstico crítico sistémico e prescrição de política com impacto sistémico. Estas conexões exigem que se coloque no centro da análise a magna questão do Estado nacional, um dos temas mais difíceis para a teoria social crítica.

A rotinização do marxismo na pesquisa sociológica de terreno

José Madureira Pinto

Os investigadores envolvidos no processo de institucionalização da Sociologia em Portugal acompanharam de perto o debate teórico-epistemológico que, desde meados dos anos 1960, agitou, noutros países, os polos mais influentes do campo das Ciências Sociais. Daí terão advindo três características da primeira sociologia portuguesa: adoção duma perspectiva crítica relativamente ao modelo empirista do conhecimento; abertura à abordagem multidisciplinar dos fenómenos sociais; assunção do princípio de que o trabalho científico deve, por prudência epistemológica e como estímulo à “imaginação sociológica”, promover a convivência entre orientações teóricas alternativas.

O marxismo, importante referência intelectual para muitos dos que viveram a adesão à Sociologia como sublimação do seu inconformismo político, teve presença significativa em

alguns dos trabalhos que mais marcaram esta fase, quer a propósito da reavaliação do conceito de classe e da análise das dimensões políticas e simbólico-ideológicas da dominação, quer enquanto fundamento da pesquisa sobre desigualdades sociais que entretanto ganhava forma. Mas o estruturo-funcionalismo mertoniano, as correntes fenomenológico-compreensivas, a “Teoria Crítica”, assim como teorizações “de síntese” associadas a Pierre Bourdieu e Anthony Giddens fizeram igualmente o seu caminho. No plano das estratégias observacionais ensaiadas, registou-se alguma tendência para, com assumido ecletismo, subverter fronteiras consagradas nas comunidades científicas “centrais” – nomeadamente as que, já então, tendiam a dissociar análise quantitativa e qualitativa, explicação e compreensão, extensividade e intensividade.

Diferentemente do que ocorreu noutros contextos sociais e disciplinares, os conceitos com filiação marxista afirmaram-se na sociologia portuguesa em ligação direta com as exigências da pesquisa empírica e não tanto como referencial teórico proclamado e escolasticamente protegido. Talvez por isso, não sendo muitos os sociólogos portugueses que hoje expressamente se identificam com a herança de Marx, poucos serão também os que se consideram estritamente não-marxistas. Falta saber se a incorporação de tal herança nas rotinas sociológicas resistirá às mudanças de ciclo intelectual que vêm impondo como critérios maiores de legitimação científica o produtivismo *paper*centrado e a padronização formalista dos protocolos de pesquisa.

A revisão anti-marxista da História

Fernando Rosas

A comunicação centra-se na análise dos efeitos da hegemonia ideológica do neoliberalismo a partir dos anos 90 do século passado no domínio específico da História e no tocante à História contemporânea de Portugal em particular. O “fim da História” e a revisão anti-marxista do discurso historiográfico. O novo paradigma da História política e das ideias e da História económica. O debate em torno da questão do fascismo e a sua atualidade nacional e internacional.

O marxismo como corte epistemológico e alavanca teórica das ciências sociais: o seu papel na inauguração e desenvolvimento da Sociologia em Portugal

Manuel Carlos Silva

Nesta comunicação o autor começa por tecer algumas considerações sobre os antecedentes da Sociologia no século XVIII em torno do iluminismo, o qual, ainda que incoerente e contraditório, deixou marcas significativas nos dois últimos séculos. Porém, importa sublinhar que o corte epistemológico e a viragem teórica mais profunda e fundamentada foi inaugurada pelo materialismo histórico e dialético de Karl Marx, não raro acompanhado em diversos escritos por Frederick Engels. O marxismo constituiu desde a segunda metade do século XIX, passando pelo século XX, até ao presente o sistema de pensamento mais

marcante não só na filosofia como nas mais diversas ciências sociais, desde a economia, passando pela história, até à sociologia, antropologia e ciência política.

Seguidamente, tendo por base a relação entre factos sociais e valores na sociedade, é feita uma breve revisão das tradições metodológicas dos clássicos, assim como uma demarcação entre o positivismo e o materialismo histórico e dialético em Marx/Engels e prosseguida pela teoria crítica da Escola de Francoforte e outros críticos como Mills, Gouldner e Sayer e as tentativas de síntese desde Elias e Bourdieu – no qual Marx, a par de Weber, é marcante. Porém, as diversas teorias críticas, nomeadamente a marxista, têm-se confrontado com a emergência da chamada pós-modernidade, particularmente a celebratória do *statu quo*.

Por fim, é dada particular atenção à influência do Marxismo nas ciências sociais em Portugal, sendo dado o destaque no campo da Sociologia, que, embora já seminalmente já presente em registo (semi)oculto sob a ditadura salazarista, conhece um desenvolvimento notável no pós 25 de Abril de 1974: (i) na esfera académica na produção científica sobre diversos temas e expressa em inúmeras teses de mestrado e doutoramento e projetos de investigação, nos centros de investigação e em instituições de ensino, particularmente nas universidades onde se implantaram cursos de Sociologia; (ii) nas diversas associações profissionais designadamente na APS e na APSIOT, na esfera laboral (sindicalismo e outros movimentos sociais), na ampliação de direitos e reforço do Estado Social, na intervenção social, cultural-artística e política; (iii) na crítica à desvalorização e/ou acantonamento das ciências sociais e das letras, à feitichização acrítica da tecnologia como ideologia, à utilização instrumental dos media e da própria sociologia, nomeadamente de teor positivista e neoliberal para objetivos de lucro ou dominação, no posicionamento crítico face à privatização de empresas públicas, à empresarialização e/ou gestão privada de universidades e outras instituições públicas.

“Marx está de regresso? A teorização do ‘bonapartismo’ para estudar o ‘populismo’ do séc. XXI”

Manuel Loff

Se a grande crise do capitalismo global iniciada em 2008 provocou, depois de mais de duas décadas de empenhado desprezo, um regresso à teorização marxista, quer em grande parte do debate intelectual, quer por parte dos novos atores novos movimentos sociais que emergiram na luta social. O ambiente académico em Portugal seguiu a mesma tendência mas com menos vivacidade. Uma das áreas em que é mais visível um antimarxismo militante, descrito como condição de cientificidade, e um desprezo pelos instrumentos marxianos de análise da realidade, é, no âmbito dos estudos políticos, a categorização do que, no debate político, mediático e académico, se tem definido como “populismo”.

Feminismo e Marxismo – um casamento mal sucedido?

Manuela Tavares

Os debates das décadas de 1970 e de 1980 acerca de um “infeliz” casamento entre marxismo e feminismos (Eisenstein, 1979, Hartmann, 1981) acabam por se projectar na actualidade, perante os desafios colocados na (re)construção de uma corrente feminista de esquerda.

Não se pretende com esta comunicação reavivar todos esses debates, mas tão só extrair deles os principais pontos de referência num quadro onde as críticas pós-estruturalistas e pós-modernas não podem ser ignoradas. Apesar das críticas pós estruturalistas terem sido úteis (Foucault, Gramsci, Laclau, Mouffle) para expor alguns excessos do estruturalismo, verifica-se na actualidade um aligeiramento da importância da crítica social com origem na teoria marxista ou no próprio pensamento de Karl Marx.

Apesar dos esforços de algumas feministas socialistas marxistas para fomentarem o tão desejado reencontro entre feminismos e marxismo, os estragos de um marxismo impregnado de dogmatismo fizeram-se sentir até aos tempos actuais.

Neste século, em relação aos feminismos, está colocado um duplo desafio ao marxismo: encontrar respostas teóricas que ficaram por dar às críticas feministas das décadas de 1970 e de 1980; enfrentar os novos desafios da crítica pós-moderna lançando as bases para uma corrente feminista de esquerda, capaz de ter pensamento e acção mobilizadora face à corrente neoliberal e institucional do feminismo, que tem vindo a dominar na Europa. Neste quadro de globalização neoliberal, cabe às e aos marxistas de hoje criar condições para que a luta feminista dispute terreno ao neoliberalismo no pensamento e na agenda política.

Sessão Plenária (7 dezembro, 10h45, Auditório da EEUM) - Marxismo e a questão colonial: lutas de libertação, trajetos e balanço

Plenary Session (7th December, 10h45, EEUM Auditorium) - Marxism and the colonial question: liberation struggles, paths and balance

Marx e a questão da emancipação social dos povos colonizados

Eduardo Costa Dias

Muito atido aos termos e às conseqüências económicas e sociais da ocupação de países como a Irlanda e a Índia pela Inglaterra, Marx (como Engels) vai, a partir dos anos 1860, operar uma verdadeira reviravolta na sua abordagem à questão colonial, incluindo no que aos passos sequenciais necessários à emancipação dos povos colonizados diz respeito.

Neste ultimo aspecto, ao arrepio de posições anteriormente tidas em relação a outras situações coloniais, irá considerar, como no caso da Irlanda e da Índia em relação ao proletariado inglês, a emancipação nacional das nações colonizadas como a primeira condição para a emancipação social das classes trabalhadoras das metrópoles coloniais.

Assim, nesta comunicação, pretendo, por um lado, detalhar as posições de Marx anteriores aos anos de 1860, compaginando-as com o que hoje se convencionou chamar de “espírito da época” e, por outro, questionar as interpretações e apropriações feitas, pelas diferentes correntes marxistas, das posições de Marx sobre a questão colonial.

Palavras-chave: Marx, Colonialismo, Imperialismo

Lutas de libertação, a construção do Estado e o marxismo em Moçambique

Fernando Bessa Ribeiro

As lutas anticoloniais são uma das marcas maiores do século XX. Num movimento que atingiu toda a Ásia e África submetidas à dominação colonial, os diversos territórios dependentes ascenderam à independência política, dando origem a Estados-nação de pleno direito (mas quase sempre de influência política escassa). Os movimentos de libertação conjugavam diversas influências, desde o nacionalismo ao humanismo de inspiração cristã, passando pelo marxismo. Este era preponderante nos movimentos que, por teimosia política ou miopia histórica das potências coloniais, tiveram de enfrentar lutas armadas prolongadas. O apoio da URSS, da China e de outros países não-capitalistas aos movimentos de libertação não foi só ao nível material, envolveu também a formação política e militar essencial ao desenvolvimento da luta pela independência.

É neste quadro que as forças nacionalistas se vão afirmar e travar a luta derradeira contra o Estado colonial português, sendo que Moçambique foi também parte integrante do processo de luta anticolonial. A seu favor, a Frelimo, o movimento de libertação moçambicano, contou com o declínio irreversível da dominação colonial e a solidariedade dos países socialistas, em especial da União Soviética, nos quais encontraram apoio financeiro, armas e formação militar e política.

A evolução da Frelimo em direção a uma teoria e prática marxistas foi gradual, beneficiando do contributo da maturação política da sua elite dirigente e do próprio agudizar das contradições internas, primeiramente decorrentes da guerra colonial e, logo de seguida, da guerra movida pelo imperialismo. Os trajetos de muitos dos seus dirigentes, marcados pela passagem por contextos académicos progressistas na Europa ocidental e universidades em países do bloco socialista, antecedida da experiência marcante nalgumas missões e igrejas, designadamente protestantes, contribuíram para a definição dos quadros conceptuais necessários a uma compreensão das relações sociais dominantes em países subjugados pelo colonialismo e, posteriormente, condicionados pelo imperialismo.

É objetivo desta comunicação discutir o lugar do marxismo na luta de libertação em Moçambique e construção do Estado após a independência, em 1975, com uma especial atenção aos modos de aplicação prática das teorias marxistas, nomeadamente em termos de organização política e económica.

Palavras-chave: Moçambique, marxismo, luta armada, solidariedade dos países socialistas, contradições internas

Uma herança incontornável. A matriz marxista na análise das sociedades africanas

José Carlos Venâncio

Pelo menos em quatro domínios, a matriz teórica marxista foi contundente na análise das sociedades africanas: na questão dos modos de produção, na análise do Estado pós-colonial, na problemática do racismo e na trilogia conceptual alienação, cultura e nacionalismo. Começarei por passar em revista os quatro domínios, concentrando-me depois nos dois últimos, explorando, nomeadamente, a relação que a partir de tais fenómenos é possível estabelecer entre o entendimento e a explicação do colonialismo em África e as recentes leituras e posições do chamado pós-colonialismo sobre as sociedades africanas.

Palavras-chave: Marxismo, cultura, nacionalismo africano, pós-colonialismo

Elites e classes sociais nos movimentos de libertação em Angola

Paulo de Carvalho

O autor parte do pressuposto segundo o qual as classes sociais (segundo o conceito de Karl Marx) estavam *in statu nascendi*, no início da década de 1970, em Angola.

Os movimentos nacionalistas em Angola sempre foram dirigidos por pessoas ligadas às elites da sociedade colonial. Os movimentos de libertação modernos não constituem exceção a essa regra, havendo a registar diferenças entre elites citadinas e elites rurais.

No que respeita à estrutura de classes e usando a proposta do autor para a Angola colonial [Carvalho 1989], assinala-se a presença de pessoas oriundas das diferentes classes sociais nos movimentos de libertação modernos, criados em Angola a partir de finais da década de 1950.

Mais do que uma consciência de classe, unia-os uma “consciência nacional”, em formação segundo os ideais da libertação do jugo colonial.

Marxismo e o nacionalismo moderno angolano

Víctor Kajibanga

O marxismo esteve na base do advento do nacionalismo moderno angolano no decurso da década de 1950. Acolhido pelos intelectuais angolanos que fundaram o efémero Partido Comunista de Angola (1955), o marxismo serviu de plataforma ideológica daquela formação política e fundamento teórico do Manifesto do MPLA (1956). O primeiro marxista angolano que articulou estes dois empreendimentos político e teórico foi Viriato da Cruz. Ele encarava o marxismo como uma teoria de transformação social capaz de explicar o modo de produção e as estruturas sociais das sociedades colonizadas e abrir vias para destruição da superestrutura colonial. A análise sociológica da realidade angolana colonial plasmada no Manifesto de 1956 assenta na metodologia marxista. Ao longo da luta de libertação nacional a atitude dos nacionalistas angolanos em relação ao marxismo foi sempre flutuante e controversa. Essa atitude viria a estruturar o debate político e os conflitos ideológicos no seio do MPLA nos períodos de transição e pós-independência (1971-1977). Esta comunicação aborda quatro questões: (i) o marxismo nos documentos fundadores do Partido Comunista de Angola, (ii) a análise marxista da realidade colonial angolana à luz do Manifesto do MPLA (1956), (iii) o papel de Viriato da Cruz na difusão do marxismo em Angola, (iv) O MPLA e a adopção do marxismo-leninismo como linha de orientação ideológica.

Palavras-chave: Marxismo, nacionalismo angolano, Partido Comunista de Angola, Manifesto do MPLA (1956), luta de libertação nacional, Viriato da Cruz

Conferência de encerramento (7 dezembro, 18h00, Auditório da EEUM)

Closing conference (7th December, 18h00, EEUM Auditorium)

Associative Democracy: From 'The *Real Third Way*' back to Utopianism or towards a colourful socialism for the 21. Century?

Veit Bader

Associative Democracy (AD) has been developed as a specific response to statist socialism and neo-liberal capitalism drawing on older traditions such as associationalism, democratic socialism and cooperative socialism in the Marxist tradition. As the 'real third way' (Hirst and Bader 2001), it is distinct from neo-liberal privatization and deregulation in the Blair-Schröder varieties of social democracy and in the conservative Reagan-Thatcher-Cameron varieties. This article summarizes what seemed to make AD an attractive realist utopia: its combination of economic, societal and political democracy; its focus on democratic institutional pluralism in all these regards; its considered moral/political minimalism, and its practical experimentalism. It recapitalises some of the important economic, societal and political changes during the last decennia that seem to make AD plainly utopian again. It focuses on an outline of basic principles and institutions of socio-economic alternatives to capitalism because, if neo-liberalism rules supreme, no viable alternatives can emerge and grow. Even if there is not one institutional design that fits all countries and contexts, we can show what the basic tenets of such alternatives are and how such a colourful democratic socialism relates to and can integrate other approaches such as 'circular economy', 'foundational economy', 'radical social innovation'. The hope is that AD's broad institutional pluralism and its emphasis on practical experimentalism show new ways of thinking which are urgently needed for sustainable and socially fair economic development and for renewing representative democracy.

Keywords: Associative Democracy, Rethinking Democratic Socialism: Principles, Institutions, Practices